FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 05/08/2023 - 05:59

Governo Lula mantém ritmo de Bolsonaro na liberação de agrotóxico

Trator aplica pesticida em plantação de trigo em Arapongas (PR); maioria dos registros deste ano é de produtos genéricos ou formulações adaptadas com genéricos Rodrigo Buhrer - 4.jul.23/Reuters

Liberação de agrotóxicos no governo Lula segue ritmo da gestão Bolsonaro

Já foram feitos 231 registros, volume que supera o total anual de qualquer outra gestão do PT

Alexa Salomão

BRASÍLIA O Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aprovou, até meados de julho, o registro de 231 agrotóxicos. O ritmo de liberações nesse período equipara-se ao do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro (PL) e supera a soma anual de qualquer mandato petista.

O pico de autorizações do PT ocorreu em 2008, quando o governo Lula liberou ao longo daquele ano 102 registros.

Essas aprovações ocorrem dentro das regras estabelecidas por um controverso decreto, editado por Bolsonaro em outubro de 2021. A nova acelera trâmites na liberação desses produtos químicos, procedimento questionado por alguns especialistas, que destacam riscos à saúde e ao meio ambiente, mas defendido pelos produtores, sob o argumento de que agilizaria a adoção de produtos modernos, menos prejudiciais.

Esse decreto não entrou no revogaço, o processo de enchiçalho de normas bolsonaristas avaliadas como inapropriadas para o estilo da gestão do PT.

Relatório do Mapa sobre o ano mostra que a maioria dos registros deste ano é de produtos genéricos ou formulações adaptadas com genéricos.

Os defensores dos uso de agrotóxicos afirmam que genéricos não trazem riscos, pois já passaram por testes. Também dizem que a maior quantidade desses produtos no mercado não representa mais químicos na produção. Pode ocorrer até o contrário, pois as aplicações foram se sofisticando.

Além do mais, defendem que genéricos teriam a função econômica de reduzir o preço. Quanto maior a concorrência de um mesmo produto, menor o custo e melhor a rentabilidade dos produtores.

Quem defende mais cautela, por outro lado, argumenta que o genérico até pode ser colaborado, mas não a sua associação a substâncias adicionais incluídas em novas fórmulas.

Dos 231 agrotóxicos aprovados, 17 são composições com princípios ativos novos. Uma corrente de estudiosos recomenda mais cautela na liberação nesses casos e desaconselha a aprovação baseada nos critérios do decreto.

O relatório do Mapa aponta ainda que, do total liberado, 102 foram classificados por Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Cinco produtos desse grupo foram destacados com graduações diferentes dentro de "altamente tóxico" para a saúde humana. No caso do impacto ambiental, dois foram catalogados em "altamente perigoso", e 45, "muito perigoso".

O governo Bolsonaro foi marcado por sucessivos recordes na liberação de agrotóxicos. Eles cresceram anualmente: 475 aprovações em 2019, 493 em 2020, mais 561 em 2021, até bater no topo de 562 registros no ano passado.

Essa escalada foi interrompida em 2023, mas a expectativa entre os que pedem cautela na liberação desses químicos era que a gestão Lula recuperasse o padrão histórico, abaixo de 200 autorizações por ano.

A superação da marca em seis meses e meio foi recebida com certo constrangimento pelos defensores de uma política mais seletiva para esse tipo de produto, inclusive por aliados e integrantes do governo.

"Do ponto de vista do Executivo, em termos práticos, a liberação de agrotóxicos segue em um ritmo semelhante ao início do governo Bolsonaro, algo que é bastante preocupante, e até surpreendente, considerando os posicionamentos do presidente e a nova retórica utilizada —respeito à alimentação saudável e aos direitos ambientais", afirma Luiza Lima, coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil.

"Em parte, essa situação reflete as ambiguidades e as disputas internas dos ministérios, mas a força que prevalece nesse embate é a da bancada ruralista, que está conseguindo impor a manutenção de sua agenda de retrocesso ao governo e ao Congresso."

O sanitarista Fernando Carneiro, que é pesquisador da Fiocruz e integra o grupo de trabalho de Saúde e Ambiente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), diz que a entidade tem acompanhado as liberações e lamenta a que o Mapa mantenha o histórico alinhamento ao agronegócio.

"Quanto mais agrotóxicos disponíveis, maior o risco à saúde, mesmo que sejam produtos genéricos, pois a aprovação mais rígida pela similaridade também gera riscos", afirma Carneiro, que foi servidor da Anvisa e trabalhou na área de análise de agrotóxicos.

A FPA (Frente Parlamentar da Agricultura) diz que o Brasil, como potência agrícola, precisa dessas substâncias e que a legislação é peça fundamental para o país ter acesso a produtos mais eficientes.

"Hoje, não há tecnologia compatível e viável economicamente para substituição do uso de pesticidas no mundo. Portanto, o Brasil, como um dos maiores exportadores, precisa estar em sintonia com produtos mais modernos já utilizados por outros países", diz a entidade em nota assinada por seu presidente, deputado Pedro Lupion (PP-PR).

O deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), que no Congresso se dedica a questões do campo, defende que o governo adote uma postura mais proativa em relação à polêmica dos agrotóxicos.

"O governo precisa puxar para si o debate, que hoje está no varejo de tramitações dispersas em diferentes projetos de leis —afirma, a questão é estratégica para a saúde, o meio ambiente e a economia", afirma.

"Não vamos esquecer que parte desses agrotóxicos é fabricada, mas proibida, na União Europeia, e uma lei nova isso pode gerar pressão contrária à compra de alimentos produzidos no Brasil."

Tatto diz acreditar que uma nova legislação, que trate de uma política pública moderna para insumos, fertilizantes e biodefensivos, precisa ser discutida por um comitê de alto nível. Teriam parte desse grupo representantes de ministérios, entidades agropecuárias, especialistas, acadêmicos e entidades da sociedade civil, de pequenos agricultores e da reforma agrária.

O debate sobre as normas para agrotóxicos hoje se concentra em torno do projeto de lei 6.299/21, de autoria do Senado, que foi aprovado na Câmara em fevereiro deste ano. O texto voltou à Casa para nova votação.

Apelidado de PL do Veneno por seus opositores, esse novo regramento revê a Lei dos Agrotóxicos (7.802/89), alterando ou revogando inúmeros dispositivos. Entre eles, os prazos para autorização.

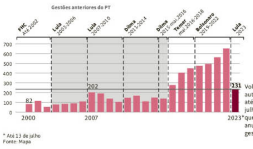
A emissão de registro pela lei antiga poderia demorar sete anos. A nova norma reduz o prazo para dois anos, sendo que, em caso de atraso, seria possível obter registro ou autorização temporária. Parte desses critérios já é praticada por meio daquele decreto de 2021.

Enquanto isso, o PL 6.672/16, que busca instituir uma política nacional de redução de agrotóxicos, está pronto para ir à análise no plenário da Câmara, mas não é colocado em votação.

Procuradas, as assessorias do Mapa e do ministro Carlos Fávaro não haviam se manifestado até a publicação deste texto. Os principais pontos vaneados pasta estão em viagem ao exterior para abertura comercial.

Recorde petista em agrotóxicos

Acumulado no ano de registros aprovados



* Até 23 de julho
Fonte: Mapa

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 17

Copyright © Clipclap 2026.